



## LINHA DO TEMPO: os direitos LGBTQIAP+\* no Brasil e no mundo

Da histórica insurgência de Stonewall, na Nova York de 1969, à decisão do STF de 2020, que permite que homossexuais e bissexuais doem sangue no Brasil, houve grandes e importantes avanços no país e no mundo.

\* LGBTQIAP+ é uma sigla mais abrangente que a tradicional LGBT. Além de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, inclui pessoas Queer, Intersexuais, Assexuais/Agênero, Pansexuais e outros com o objetivo de dar visibilidade a todas as identidades.

### Junho de 1969

Após a invasão da polícia no bar Stonewall Inn, em Nova Iorque (EUA), e de atitudes violentas contra frequentadores LGBTQIAP+, ocorre a **Rebelião de Stonewall**.

(Fonte: Revista Galileu)



Foto: Biblioteca Pública de Nova Iorque / Coleção de Diana Davies

### Maio de 1970

Durante o **Segundo Congresso para Unir Mulheres**, em Nova Iorque (EUA), feministas radicais lésbicas protestam contra a sua exclusão do movimento feminista. Os protestos ficaram conhecidos como Lavender Menace.

(Fonte: New York Public Library - Digital Collection)



Foto: Biblioteca Pública de Nova Iorque / Coleção de Diana Davies

### Julho de 1970

Para relembrar um ano da Rebelião de Stonewall, é realizada a **primeira Parada do Orgulho LGBT do mundo**, em Nova York (EUA).

(Fonte: New York Times)

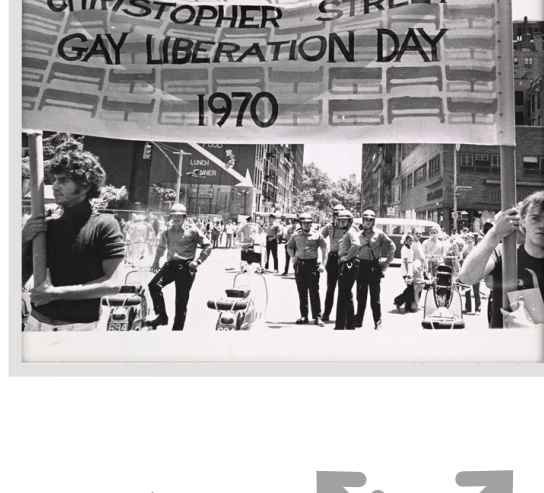


Foto: Biblioteca Pública de Nova Iorque / Coleção de Diana Davies

### Abril de 1972

A Suécia se torna o primeiro país no mundo a **permitir legalmente que transgêneros realizem a cirurgia de redesignação de sexo**, além de prover terapia hormonal de modo gratuito.

(Fonte: Site oficial do Governo da Suécia)



### Dezembro de 1973

A partir de pesquisa e defesa realizadas pela psicóloga Dra. Evelyn Hooker, a **American Psychiatric Association remove a homossexualidade do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-II)**.

(Fonte: American Psychiatric Association)



Foto: thsamericanfluff.org

### Dezembro de 1979

Realização do **1º Encontro de Homossexuais Militantes**, no Rio de Janeiro, com a presença de outros grupos e movimentos sociais pela defesa da diversidade de orientação sexual e resistência à ditadura militar.

(Fonte: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo)

### 1980

Surgimento do Grupo Gay da Bahia, que se tornou uma **relevante organização pela luta dos direitos LGBTQIAP+ no Brasil**.

(Fonte: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo)



Foto: Roberto Abreu

O ativista LGBT Luiz Mott durante cerimônia de entrega de troféu ao ministro da Cultura Juca Ferreira, por apoiar a luta por direitos civis, em agosto de 2010.

### Junho de 1980

Organizada pelo grupo Somos Afirmação Homossexual, ocorre a **primeira passeata em São Paulo se opondo à violência policial contra pessoas LGBTQIAP+**.

(Fonte: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo)



### 1981

A Noruega se torna o primeiro país no mundo a **proibir a discriminação com base na orientação sexual** em seu Código Penal (Section 349a e Section 135a).

(Fonte: ONU e Reuters)



Foto: Marco Fredriksen/Flickr

### Fevereiro de 1981

Após decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos a respeito da criminalização de relações sexuais consentidas entre adultos do mesmo sexo no caso Dudgeon versus Reino Unido, o país **descriminaliza o sexo entre homossexuais**.

(Fonte: European Court of Human Rights).

### Outubro de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil reconhece os **princípios da dignidade humana** (art. 1º, inciso III) e da igualdade (art. 5º, caput), os quais englobam implicitamente os direitos à livre orientação sexual e à identidade de gênero.

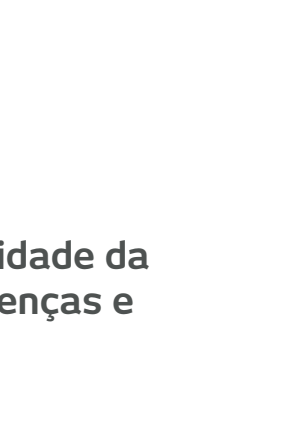


Foto: Arquivo AB7/Wikimedia

### Outubro de 1989

A Dinamarca se torna o primeiro país do mundo a **garantir legalmente a união civil para casais homoafetivos**, com direitos semelhantes aos de um casamento heteroafetivo, com exceção do direito de adoção – conquistado em 2010.

(Fonte: Reuters)



### Maio de 1990

Na sua 10ª versão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) **retira a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)**.

(Fonte: Conselho Nacional de Saúde)

### Junho de 1993

A Suprema Corte do Canadá garante, no caso Attorney General versus Ward, o **status de refugiado para aqueles que, em seu país de origem, temem por seu bem-estar em razão de sua orientação sexual**.

(Fonte: The Canadian Encyclopedia)

### Janeiro de 1995

Fundação da **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)**, primeira e maior rede de organizações brasileiras, reunindo cerca de 200 organizações.

(Fonte: Conselho regional de Psicologia de São Paulo)

### Junho de 1997

No Brasil, a **primeira Parada LGBT**, nomeada "Parada do Orgulho Gay" na época, é realizada em São Paulo.

(Fonte: Associação da Parada do Orgulho LGBT São Paulo).



Foto: Misas Osipov/Wikimedia

### Setembro de 2000

A Holanda se torna a **primeira nação do mundo a permitir o casamento homoafetivo**, concedendo inclusive o direito à adoção de crianças.

(Fonte: Folha de São Paulo)

### Março de 2006

Grupo de especialistas internacionais em Direitos Humanos lança os **Princípios de Yogyakarta**, que versam sobre princípios a serem aplicados à legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

(Fonte: Yogyakarta Principles)

### Março de 2007

O Ministério Público do Trabalho determina, por meio de sua Portaria nº 41, que **são irregulares e devem gerar condenações aos empregadores as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social sobre a orientação sexual do trabalhador**.

(Fonte: Ministério Público do Trabalho)

### Agosto de 2009

O Ministério da Saúde, por meio de Portaria nº 1.820, estabelece que a **identificação da pessoa transgênero, no Sistema Único de Saúde (SUS), pode ser feita por meio de seu nome social**.



Foto: Reprodução

### Julho de 2010

A Argentina se torna o primeiro país da América do Sul a permitir o **casamento homoafetivo**.

(Fonte: G1)

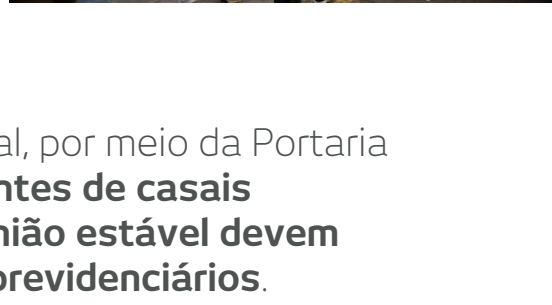


Foto: Gabreski/Flickr

### Dezembro de 2010

O Ministério da Previdência Social, por meio da Portaria nº 513, reconhece que **dependentes de casais homossexuais que vivem em união estável devem ter igual tratamento para fins previdenciários**.



## Maio de 2011

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, a **união estável homoafetiva**.



Foto: Antonio Cruz/ABR

## Junho de 2011

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária garante, por meio de sua Resolução nº 4, o **direito à visita íntima para casais homoafetivos no âmbito dos Departamentos Penitenciários Estaduais**.

## Julho de 2011

O Conselho de Direitos Humanos da ONU aprova a Resolução 17/19, que **reconhece direitos das pessoas LGBTQIAP+**.

(Fonte: ONU)



## Dezembro de 2011

O Ministério da Saúde institui no SUS, por meio da Portaria nº 2.836, a **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, com o objetivo não só de promover a saúde dessa população, mas também eliminar a discriminação e o preconceito institucional por ela experimentados.

## Maio de 2013

O Conselho Nacional de Justiça, por meio de sua Resolução nº 175, **proíbe às autoridades competentes a recusa em habilitar ou celebrar casamento civil homoafetivo**.



## Junho de 2013

A ONU realiza a **campanha Nascidos Livres e Iguais** sobre orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos para apoiar os direitos da comunidade LGBTQIAP+ no mundo.

(Fonte: ONU)



Foto: UNFPA/Brasão/Weber da Cruz

## Novembro de 2013

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.803, **redefine e amplia, no âmbito do SUS, o processo transexualizador**, garantindo serviços como o acompanhamento clínico, pré e pós-operatório, tratamento hormonal, redesignação sexual, tireoplastia, mastectomia, histerectomia com anexectomia, plástica mamária e outras cirurgias complementares.



## Abril de 2014

Malta se torna o **primeiro país europeu a adicionar o reconhecimento da identidade de gênero em sua constituição**, além de conceder os mesmos direitos das uniões civis heteroafetivas às uniões homoafetivas, incluindo pessoas transgênero que tenham mudado seu gênero legalmente.

(Fonte: Transgender Europe)

## Abril de 2014

A Resolução Conjunta nº 01 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária **estabelece, no âmbito do sistema prisional brasileiro, os parâmetros de acolhimento da população LGBTQIAP+**, garantindo direitos como o uso de nome social às travestis e transgêneros, bem como a possibilidade de transferência para espaços de convivência específicos aos homens gays e travestis, entre outros.

## Junho de 2014

A Dinamarca se torna o primeiro país europeu a **remover o diagnóstico de desordem de identidade de gênero (ou disforia de gênero) como um requisito para o processo de mudança de gênero**.

(Fonte: Intergroup on LGBT Rights)



Foto: Klaus Bjerding Jensen/Flickr

## Abril de 2015

Malta passa a ser o primeiro país no mundo a **proibir esterilização e cirurgias invasivas em pessoas intersexo**.

(Fonte: Parlamento de Malta)



## Maio de 2015

A Irlanda se torna o primeiro país a **legalizar o casamento homoafetivo por voto popular**.

(Fonte: The Guardian)



Foto: William Murphy/Flickr

## Julho de 2015

O Brasil adota o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), que prevê que **os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar o respeito à sua identidade de gênero e à sua orientação sexual** (art. 18, inciso VI).

## Setembro de 2015

Nepal adota sua primeira constituição democrática, a **primeira no continente asiático a proteger direitos de lésbicas, bissexuais, gays e transgêneros**.

(Fonte: ABC News)

## Abril de 2016

O Decreto nº 8.727 **garante o uso do nome social e reconhece a identidade de gênero de transgêneros e travestis** perante órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais.

## Março de 2016

O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 52, **regulamenta o registro de nascimento de crianças geradas por meio de técnicas de reprodução assistida, inclusive de casais homoafetivos**.

## Maio de 2017

O STF declara nos Recursos Extraordinários nº 646.721 e nº 878.694 a inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil, que estabelecia tratamento diferenciado entre união estável e casamento, para que **não haja elemento de discriminação entre cônjuge e companheiro, cujos efeitos se estendem independentemente de orientação sexual**.

## Maio de 2017

Adoção da **Lei de Migração (Lei nº 13.445)**, que reconhece a perseguição motivada por orientação sexual ou por identidade de gênero como causa para a concessão do refúgio no Brasil, bem como assegura o direito a visto e autorização de residência para fins de reunião familiar sem discriminação.

## Julho de 2017

A Receita Federal do Brasil, por sua Instrução Normativa nº 1.718, **permite alterações no Cadastro de Pessoa Física (CPF) para a inclusão ou exclusão de nome social da pessoa transsexual ou transgênero**.

## Novembro de 2017

É adotada uma suplementação aos Princípios de Yogyakarta, aumentando para 111 as **obrigações para proteção dos direitos LGBTQIAP+ em temas como tortura, asilo, privacidade, saúde e proteção de defensores de direitos humanos**.

(Fonte: Yogyakarta Principles)

## Março de 2018

O STF reconhece, no âmbito da **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275, o direito à alteração de nome e gênero no assento de registro de civil sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo e sem ação judicial**. Decisão acontece no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275.



Foto: Lucas Polnárov/Reprodução

## Junho de 2018

No Brasil, a **primeira Marcha do Orgulho Trans** é realizada em São Paulo.

(Fonte: Ssex Bbox)

## Fevereiro de 2019

O STF reconhece na **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26 e no Mandado de Injunção n. 4.733 que a homofobia e a transfobia podem ser punidas nos termos da Lei nº 7.716/1989**, que define os crimes de preconceito de raça ou de cor, até que sobrevenha nova lei sobre o tema. Decisão é reconhecida pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e no Mandado de Injunção nº 4.733.



Foto: MauricioCG/Wikimedia

## Maio de 2019

**OMS deixa de considerar identidade de gênero diferente do sexo biológico como doença**, a partir da 11ª edição da Classificação estatística internacional de doenças e problemas conexos de Saúde (CID-11).

(Fonte: ONU)

## Maio de 2020

O STF reconhece, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.543, que **homens bissexuais e homossexuais podem doar sangue a terceiros** e extingue a restrição que existia no país desde 1991.

